

JUDICIÁRIO

O item mais polêmico da peça orçamentária

Pedido feito pelo TJ-SP



Judiciário e Legislativo pressionam por aumento

Tribunal de Justiça pede R\$ 12,3 bi, mas governo corta valor para R\$ 5,6 bi

Proposta orçamentária prevê crescimento de 0,06% em verba para a Assembleia, que briga por 10,4% de acréscimo

DE SÃO PAULO

Tema mais delicado da proposta orçamentária do governo para 2011, a verba destinada ao Judiciário paulista é mote das últimas conversas da equipe de transição e do relator do Orçamento, Bruno Covas (PSDB). Ele apresentará seu relatório à Comissão de Finanças e Orçamento amanhã.

O Tribunal de Justiça pediu R\$ 12,3 bilhões, mas o Executivo cortou o valor para R\$ 5,6 bilhões. Apesar do aumento de 10% em relação ao orçado para 2010, há consenso entre servidores, advogados e juizes de que o Judiciário está subfinanciado.

Há duas semanas, o presidente do TJ-SP, Antonio Carlos Viana Santos, em atitude inédita, visitou o colégio de líderes da Assembleia para pedir que os deputados recomponham parte do corte.

Neste ano os servidores do Judiciário fizeram a mais longa greve de sua história, e ameaçam parar caso não haja novas reposições salariais.

O Orçamento será o primeiro indicativo da forma como o governo Alckmin lidará com os servidores públicos.

Setores do PSDB avaliam que o ex-governador José Serra (PSDB) foi excessivamente duro com o funcionalismo, sobretudo na Justiça, na Educação e na Polícia.

LEGISLATIVO

Assim como o Judiciário, o Legislativo também pressiona o Executivo por aumento.

Pela proposta enviada pelo governo aos deputados, a Assembleia teria, em 2011, uma verba de R\$ 680,5 milhões, um crescimento de R\$ 435 mil, ou 0,06% a mais.

O presidente da Casa, Barros Munhoz (PSDB), pressiona o governo para que o acréscimo seja de R\$ 71 milhões, equivalente a 10,4% do Orçamento deste ano. O valor corresponde ao reajuste para os funcionários e ao pagamento de contratos que estão em andamento.

“Não é possível que nem o valor da inflação seja concedido”, diz o presidente da Casa. “Precisamos brigar para que o Legislativo fique menos refém do Executivo.” (FG)